www.pwc.com.br

Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e relatório do auditor independente

pwc

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 3 de abril de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2019	2018
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	64.654	13.300
Contas a receber de clientes (Nota 7)	97.549	53.447
Estoque (Nota 8)	192.494	124.866
Outros ativos	37.158	30.382
	391.854	221.995
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais (Nota 14)	46.086	40.182
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	8.299	7.663
Outros Ativos	2.144	
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13)	12.384	9.623
	68.914	57.468
Intangível	4.498	4.148
Imobilizado (Nota 9)	356.480	248.217
Ativos de direito de uso	177.249	
	607.141	309.833
Total do ativo	998.996	531.828

Passivo e patrimônio líquido	2019	2018
Circulante		
Fornecedores (Nota 2.12)	227.165	142.160
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	65.997	17.260
Obrigações trabalhistas (Nota 11)	12.062	8.699
Obrigações tributárias (Nota 12)	14.523	13.096
Dividendos a pagar (Nota 16 (b))	1.562	29.941
Outros passivos	19.849	21.418
Passivos de Arrendamentos	29.097	
	370.255	232.574
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	173.188	73.375
Partes relacionadas (Nota 15)	145.075	95.885
Outros Passivos		177
Passivos de Arrendamentos	157.941	
Provisão para contingências (Nota 14)	60.471	52.474
	536.674	221.911
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 16 (a))	75.287	64.787
Ajuste Avaliação Patrimonial (Nota 16 (c))	7.527	7.631
Reservas de Lucros	9.252	4.925
	92.066	77.343
Total do passivo e do patrimônio líquido	998.996	531.828

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2019	2018
Operações continuadas		
Receita líquida de vendas (Nota 17)	1.844.048	1.336.153
Custo de mercadorias para revenda (Nota 18)	(1.546.515)	(1.118.955)
Lucro bruto	**297.533**	**217.198**
Despesas com vendas (Nota 18)	(9.835)	(7.543)
Despesas administrativas (Nota 18)	(233.879)	(180.304)
Lucro operacional	**53.819**	**29.351**
Receitas Financeiras (Nota 20)	66.341	51.945
Despesas Financeiras (Nota 20)	(79.598)	(37.590)
Resultado financeiro líquido	**(13.257)**	**14.354**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**40.562**	**43.705**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(17.359)	(16.325)
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.761	3.314
	(14.598)	**(13.011)**
Lucro líquido do exercício	25.963	30.693
Número de ações por mil	75.317	64.787
Lucro líquido do exercício por ação	0,34	0,47

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2019	2018
Lucro do exercício	25.963	30.693
Total do resultado abrangente do exercício	**25.963**	**30.693**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros	Reservas para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2017	**64.133**	**3.390**		**8.027**		**75.550**
Lucro líquido do exercício					30.693	30.693
Realização da reserva de reavaliação e impostos diferidos (Nota 16)				(396)	396	
Aumento do Capital Social (Nota 16)	654					654
Constituição de Reserva Legal (Nota 16)		1.535			(1.535)	
Destinação dos lucros acumulados - Dividendos propostos (Nota 16)					(29.554)	(29.554)
Em 31 de dezembro de 2018	**64.787**	**4.925**	**-**	**7.631**	**(0)**	**77.343**
Lucro líquido do exercício					25.964	25.964
Realização da reserva de reavaliação e impostos diferidos (Nota 16)				(104)	104	
Aumento do Capital Social (Nota 16)	10.500					10.500
Adiantamento para Futuro Aumento do Capital Social (Nota 16)			3.029			3.029
Constituição de Reserva Legal (Nota 16)		1.298			(1.298)	
Destinação dos lucros acumulados - Dividendos propostos (Nota 16)					(24.769)	(24.769)
Em 31 de dezembro de 2019	**75.287**	**6.223**	**3.029**	**7.527**	**(0)**	**92.066**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2019	2018
Lucro líquido antes do imposto de renda		
e da contribuição social	40.562	43.705
Ajustes para reconciliação do lucro do exercício		
Depreciação e amortização	24.590	15.339
Depreciação - IFRS 16	16.784	
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	23.729	15.931
Provisão para contingências (Nota 14)	7.476	10.857
Provisão para perda de estoques (Nota 8)	1.565	619
	114.706	86.451
Variação nos ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários	(637)	(1.868)
Contas a receber	(44.102)	16.783
Estoques	(69.193)	(51.274)
Depositos judiciais	(5.904)	(7.362)
Outros ativos	(8.919)	(12.082)
Fornecedores	85.005	41.321
Obrigações trabalhistas	3.363	2.291
Obrigações tributárias	(116)	396
Provisão para contingência	(1.660)	(2.052)
Outros passivos	27.351	9.933
Caixa líquido proveniente das operações	99.894	82.537
Juros pagos (Nota 10)	(585)	(593)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.818)	(16.081)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	83.491	65.863
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado (Nota 9)	(132.486)	(109.484)
Adições ao ativo direito de uso	(194.033)	
Adições ao intangível	(716)	(827)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(327.235)	(110.311)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos (Nota 10 b)		
Adições	236.101	55.020
Amortização do principal	(98.902)	(11.593)
Partes relacionadas (Nota 15)		
Adições	39.578	16.859
Dividendos pagos a acionistas da companhia (Nota 16 b)	(53.148)	(17.418)
Passivos arrendamentos - IFRS 16	157.941	
Aumento de capital social	13.529	654
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	295.099	43.522
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	51.354	(925)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.300	14.225
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	64.654	13.300

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Informações gerais

O Atakarejo Distribuidor de Alimentos e Bebidas S.A. ("Companhia") atua no segmento de atacado de autosserviço, em que as operações de atacado tomam característica de varejo. A Companhia comercializa mais de 8.000 itens e oferece aos seus clientes serviços de padaria, confeitaria, açougue, balcão de salgados e fatiados, atuando por meio de uma rede de 17 lojas, todas localizadas na Região Metropolitana de Salvador - Bahia, sob a bandeira Atakadão Atakarejo. A Companhia possui 77% de sua receita de vendas no varejo e 23% no atacado (não auditado).

O Atakarejo é uma Companhia de sociedade anônima (S.A.) de capital fechado, constituída em 3 de dezembro de 1993, com sede à Av. Santiago de Compostela, 425, Parque Bela Vista, Salvador, Estado da Bahia.

A Companhia é controlada pelo Sr. Teobaldo Luís da Costa, que detém 97% da participação na Companhia, e possui 30 anos dedicados ao segmento. A Companhia tem realizado parcerias com outras redes afiliadas da Rede Brasil de Supermercados, permitindo a troca de conhecimentos e tecnologia para as áreas de negócios e governança, bem como ganhos de sinergia para realização de compras em conjunto.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 03 de abril de 2020.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Mudança nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

CPC 06(R2) - "Arrendamentos": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

IFRIC 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda": essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas nas demonstrações dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos e financiamentos”, no passivo circulante.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

Os ativos financeiros da Companhia são registrados ao custo amortizado e consistem em ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo (Nota 5). A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros são contabilizados inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.3 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem o seguinte:

(i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor.
(ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.

(iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria.
(iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.
(v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
(vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
. mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
. condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas esperadas de crédito conforme estabelecido pelo CPC 48, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes. A perda de valor recuperável identificada foi imaterial.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

São registradas pelo valor nominal dos títulos, que equivale de forma geral ao seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado com base na taxa efetiva de juros ajustados pela provisão para créditos de liquidação duvidosa *(impairment*), quando aplicável.

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.7 Ativos intangíveis

Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável dos *softwares* de até cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. No ano de 2019 o impacto foi de R$ 2.367 mil (2018 – R$ 208 mil).

2.8 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição/construção, deduzido de depreciação acumulada ou amortização e de eventuais perdas de deterioração *impairment*, se aplicável, e inclui a capitalização dos custos de empréstimos e financiamentos, relacionados com a construção de ativos qualificáveis. Essa capitalização ocorre até o momento em que os projetos estão prontos para o início de suas operações.

As Benfeitorias em Imóveis de Terceiros são depreciadas considerando-se o menor período entre a vida útil dos ativos e os termos pactuados nos contratos de locação que tem perfil de longo prazo. A

Companhia adota como prática contábil o registro dos valores correspondentes aos aluguéis de lojas que atingem a definição de arrendamento operacional em despesas comerciais.

A depreciação dos outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Benfeitorias e edificações	25
Máquinas, equipamentos e instalações	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5

A Companhia não aloca valor residual para seus ativos por entender que os valores residuais dos ativos são imateriais.

2.9 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras, exceto no caso de ágio cuja perda nunca é revertida.

2.10 Arrendamentos

Adoção inicial do CPC 06 R2 – Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

Política Contábil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O Ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamentos fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O Passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir

emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na lei nº 8.245 (lei do inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referente ao sucesso da Companhia na renovação de seus contratos. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

Efeitos de transição

A Companhia aplicou o CPC (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo de dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada, ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo:

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06 (R1), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamentos para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor, bem como de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacionais, a Companhia descontou os pagamentos dos arrendamentos utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 7,91% a 13,50%, a depender dos prazos dos contratos.

Impactos da adoção inicial nas demonstrações financeiras

Os quadros abaixo demonstram os efeitos patrimoniais da adoção inicial:

	Saldo anterior 01/01/2019	Ajustes adoção inicial CPC 06 (R2)	Saldo após adoção inicial 01/01/2019
Ativo			
Circulante			-
Total do ativo circulante	**221.995**	**-**	**221.995**
Não circulante			-
Direito de uso - arrendamento	**-**	**188.758**	188.758
Demais ativos	309.833		309.833
Total do ativo não circulante	**309.833**	**188.758**	**498.591**
Total do ativo	**531.828**	**188.758**	**720.586**
Passivo			
Circulante			-
Arrendamento mercantil	-	**36.092**	36.092
Demais passivos	232.574		232.574
Total do passivo circulante	**232.574**	**36.092**	**268.666**
Não circulante			-
Arrendamento mercantil		**152.666**	152.666
Demais passivos	299.254		299.254
Total do passivo não circulante	**299.254**	**152.666**	**451.920**
Patrimônio líquido			**-**
Total do Passivo e Patrimônio líquido	**531.828**	**188.758**	**720.586**

Impactos nas demonstrações financeiras do exercício

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia reconheceu R$ 188.758 de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019.
Considerando os requisitos da norma, a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, antes registradas como despesas de arrendamento operacional. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R$ 16.784 de depreciação e R$ 29.269 de juros destes arrendamentos.

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

	Valores R$
Adoção Inicial - CPC 06 (R2)	**188.758**
Adição	5.275
Depreciação	(16.784)
Total	**177.249**

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

	Valores R$
Adoção Inicial	**188.758**
Adição de novos contratos	5.275
Pagamento de principal	(6.996)
Pagamento de juros	(29.269)
Juros provisionados	29.269
Saldo final	**187.037**

Passivo circulante	29.097
Passivo não circulante	157.941

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na contratação de um empréstimo são reconhecidos como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável a captação total, ou parcial, do empréstimo. Nesse caso, o custo é diferido até que a captação ocorra. Quando houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade do empréstimo, o custo é capitalizado como um pagametno antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os encargos financeiros são apropiados em despesas financeiras.

As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo.

2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As compras de mercadorias são contabilizadas inicialmente pelo seu valor justo, sendo o passivo com o fornecedor atualizado posteriormente em função dos prazos, até os respectivos vencimentos.

O saldo do contas a pagar refere-se substancialmente a compra de produtos e serviços destinados a operação, manutenção e construção de novas unidades.

	2019	2018
Fornecedores (Nota 2.12)	227.165	142.160
	227.165	**142.160**

2.13 Provisões para Contingências

As provisões para ações judiciais (administrativa, civil, trabalhista e tributária) são reconhecidas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não puder ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro.

2.15 Capital social

As quotas de capital são classificadas no patrimônio líquido.

2.16 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(a) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

(i) Vendas de mercadorias

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para comercialização de suas mercadorias. A receita de venda de mercadoria é reconhecida quando da efetiva transferência do controle ao cliente, ou seja, no momento da entrega do produto para o cliente, o que ocorre no momento da venda.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida: (i) conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros; ou (ii) conforme as movimentações dos valores justos dos ativos e passivos mensurados a valor justo por meio do resultado.

(c) Reconhecimento dos custos e despesas

As despesas relativas às taxas adicionais de administração nas vendas a prazo ou por antecipação nas operações de cartão de crédito, que são cobradas pelas operadoras de cartão de crédito, são registradas na rubrica “Despesas financeiras”.

Os custos das mercadorias revendidas são deduzidos das recomposições de custos recebidos dos fornecedores e ICMS substituição tributária recuperável. As despesas com fretes, relacionados ao transporte de mercadorias até as lojas físicas, são incorporados ao custo.

As despesas com fretes relacionados à entrega de mercadorias ao consumidor são classificadas como despesas com vendas.

Os créditos decorrentes das operações de bonificações e outras transações com fornecedores são registrados no resultado como redução de despesas ou do custo das mercadorias vendidas, conforme sua natureza, de acordo com a competência e mediante a existência de contratos e outros documentos que evidenciem a existência desse acordo.

A Companhia adota como prática contábil o registro dos valores de arredamentos operacionais correspondentes aos aluguéis de lojas em despesas comerciais.

3 Estimativas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia elabora estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas
que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Provisão para perdas do contas a receber

A provisão para perdas do contas a receber são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Não existe constituição de provisão para perdas do contas a receber para os títulos oriundos das transações em cartão de crédito, visto que o risco pela inadimplência é transferido para a administradora na data da transação. A Companhia dispõe de controles para garantir o efetivo recebimento das operações realizadas e opera somente com administradora consideradas de “primeira linha”.

As provisões para as perdas do contas a receber são constituídas considerando os cheques devolvidos e bonificações a receber de fornecedores.

(i) Para os cheques devolvidos, mensalmente é realizada análise individual de forma a avaliar o comportamento dos títulos vencidos, e, a partir de 210 dias da data do vencimento é efetivada a baixa definitiva do cheque. Para fins de controle o CPF ou CNPJ do cheque é mantido em histórico, de forma a evitar a venda para estes devedores.
(ii) Para as bonificações a receber de fornecedores, a perda é provisionada, mas não baixada, pois em razão da movimentação de fornecedores ser baixa, geralmente os fornecedores renegociam a dívida e efetuam o pagamento, sem que haja a cobrança de juros.

(b) Provisão para perdas dos estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor, líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado” e não excede o valor de mercado.

Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (impairment), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

As perdas nos estoques oriundas de quebras, roubo, vencimento o prazo de validade e outras, são estimadas anualmente, tomando como base o último inventário efetuado e as perdas identificadas, de forma que o percentual obtido neste cálculo seja aplicado mensalmente na conta de Provisão para

Quebra de Estoque. A cada novo inventário é feita a comparação entre o valor provisionado e a perda real, sendo a diferença lançada diretamente no resultado.

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas inventariadas nos anos anteriores e é considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.

(c) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil de acordo com as taxas estabelecidas pela administração. No julgamento efetuado pela administração, concluiu-se que tais vidas úteis e taxas anuais refletem adequadamente o consumo dos ativos durante suas vidas econômicas. As taxas anuais estão descritas na Nota 2.8.

(d) Contingências administrativas, cíveis, trabalhistas e tributárias

A Companhia opera com escritórios de advocacia de primeira linha e as estimativas são feitas com base em critérios objetivos e padronizados entre nosso departamento jurídico interno com os escritórios contratados. O jurídico interno avalia todas as contingências e determina o montante provável de desembolso a ser provisionado.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, e a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e de câmbio e ao risco de crédito, e da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e algumas contas a receber.

São adotados procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade das duas operações e o seu patrimônio.

(a) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente pela administração, a fim de garantir liquidez e o atendimento dos limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e financiamentos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais da Companhia.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em depósitos bancários com vencimentos apropriados e liquidez suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

Em relação às contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, a Companhia mantêm operações com instituições financeiras consideradas pela administração como de primeira linha.

As vendas a prazo para clientes do varejo têm como principal meio de pagamento os cartões de crédito de melhor reputação no mercado, os quais não oferecem riscos relevantes de realização, uma vez que seus recebimentos são assegurados pelas respectivas administradoras. Uma parcela pequena das vendas é recebida em cheques com prazo médio de recebimento de 90 dias. O risco de crédito para venda em cheques é minimizado pela expressiva pulverização das vendas por cliente e pela cobrança de juros diários de 0,19% ao dia no momento da venda a prazo. Os juros cobrados têm embutido um percentual para cobrir o risco de crédito e correção. A administração efetua o acompanhamento dos cheques devolvidos para ajustar periodicamente os juros diários.

Os adiantamentos a fornecedores são eventuais e efetuados somente a fornecedores selecionados por motivos específicos. Não há risco de crédito com fornecedores, uma vez que são descontados apenas pagamentos próprios, de mercadorias já entregues.

4.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer o retorno esperado aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para, por exemplo, reduzir, o nível de endividamento.

A administração monitora o capital com base no nível de endividamento da Companhia, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimo assinados. O nível de endividamento da Companhia é mensurado pelo montante total de dívida, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante, dividido por seu patrimônio líquido, bem como, comparando-se com a sua capacidade de geração de caixa.

	2019	**2018**
Total dos empréstimos (nota e 15)	384.259	186.520
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(64.654)	(13.300)
Dívida líquida (A)	**319.607**	**173.220**
Total do patrimônio líquido	92.066	77.343
Total do capital (B)	**411.672**	**250.563**
Índice de alavancagem financeira - % (C=A/B)	**78%**	**69%**

4.4 Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos às partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

	2019	2018
Nível Endividamento geral		
Passivo Total	998.996	531.828
Patrimônio líquido	92.066	77.343
	1085%	688%
Composição do endividamento		
Passivo circulante	370.255	232.574
Passivo (circulante e não circulante)	906.930	454.485
Índice de alavancagem financeira - %	41%	51%

5 Instrumentos financeiros por categoria

	2019	2018
Instrumentos financeiros ao custo amortizado		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	64.654	13.300
Contas a receber de clientes (Nota 7)	97.549	53.447
Depósitos judiciais	46.086	40.182
	208.289	106.929

	2019	2018
Ativos a valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários (i)	8.299	7.663
	8.299	7.663

(i) Refere-se as contas de aplicação do Banco do Nordeste, que são dadas em garantia aos empréstimos contratados.

Outros passivos financeiros ao custo amortizado		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	227.165	142.160
Dividendos	1.562	29.941
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	239.185	90.635
Partes relacionadas (Nota 15)	145.075	95.885
	612.987	358.621

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e fundo fixo	8.375	8.913
Depósitos bancários - Aplicações Financeiras	56.279	4.387
	64.654	13.300

(i) Referem-se a operações de renda fixa em moeda nacional, com vencimentos originais em prazos inferiores a 90 dias da data original de contratação, indexadas à variação do CDI, com liquidez imediata.

7 Contas a receber de clientes

	2019	2018
Cartões de crédito e débito	94.428	49.805
Cheques em custódia (i)	2.792	3.310
Cheques devolvidos (ii)	328	332
Contas a receber de clientes, líquidas	97.549	53.447

(i) Referem-se aos cheques pré-datados com vencimentos em até 4 meses.
(ii) Referem-se aos cheques não liquidados. Esses cheques são tratados como cheques devolvidos, seguindo o critério de vencido até menos de 7 meses; as devoluções superiores a esse tempo são baixadas como perda efetiva.

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas em moeda nacional.

A constituição e a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício como "Despesas administrativas". Os valores debitados à conta de provisão são baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A administração avaliou os efeitos destas provisões e os montantes não são relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

(a) Abertura por idade de vencimento

	2019	2018
A vencer	97.187	53.007
Vencidos		
De um a três meses	188	249
De quatro a seis meses	174	191
	97.549	53.447

Provisão para perdas	2019	2018
Saldo inicial	145	145
Adições e baixas, líquidas		
	145	145

8 Estoques

	2019	2018
Estoque de mercadorias	196.281	127.088
Provisão para quebra de estoques	(3.787)	(2.222)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	192.494	124.866

Movimentação da quebra de estoques	2019	2018
Saldo inicial	(2.222)	(1.603)
Adições e baixas, líquidas	(1.565)	(619)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3.787)	(2.222)

(i) A administração do Atakarejo efetua a provisão com base em percentual médio apurado anualmente para as quebras registradas em seus estoques e identificadas por meio de inventários rotativos. A Companhia registrou uma provisão de perda de estoques no valor de R$1.565, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (2018 foi registrado uma provisão – R$ 619).

9 Imobilizado

	Máquinas, equipamentos e utensílios	Benfeitorias e Edificações	Instrumentos, móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Obras e importações em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2017							
Saldo inicial	26.716	106.174	2.521	7.182	159	11.112	153.864
Aquisições	28.968	53.614	2.574	1.781	37	22.510	109.484
Depreciação	(5.340)	(8.194)	(681)	(882)	(34)		(15.131)
Saldo contábil, líquido	50.344	151.594	4.414	8.081	162	33.622	248.217
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo total	82.170	183.768	10.526	11.182	822	33.622	322.090
Depreciação acumulada	(31.826)	(32.174)	(6.112)	(3.101)	(660)		(73.873)
Saldo contábil, líquido	50.344	151.594	4.414	8.081	162	33.622	248.217
Em 31 de dezembro de 2018							
Saldo inicial	50.344	151.594	4.414	8.081	162	33.622	248.217
Aquisições	26.464	70.120	4.078	1.672	20	30.132	132.486
Depreciação	(7.678)	(14.617)	(809)	(1.077)	(42)		(24.223)
Saldo contábil, líquido	69.130	207.097	7.683	8.676	140	63.754	356.480
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo total	108.634	253.888	14.604	12.854	842	63.755	454.577
Depreciação acumulada	(39.504)	(46.791)	(6.921)	(4.178)	(702)		(98.096)
Saldo contábil, líquido	69.130	207.097	7.683	8.675	140	63.755	356.480

As aquisições ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R$132.486 (2018– R$109.484), foram principalmente em decorrência de obras em andamento para a construção das novas lojas Alagoinhas, Baixa de Quintas, Camaçari, Feira de Santana, Lobato, Paripe e San Martim.

O montante de R$ 24.223 (2018 – R$ 15.131) referente a despesa com depreciação foi reconhecido no resultado em "Despesas administrativas".

10 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

	Encargos financeiros anuais médios		2019	2018
Moeda nacional				
Financiamentos - ativo fixo				
Banco do Nordeste	5,94	%	83.060	88.306
ITAÚ - Finame	CDI + 0,39	%	41.254	2.329
Bradesco	CDI + 1,85	%	80.870	
Santander	CDI + 1,40	%	34.000	
			239.184	90.635
Parcela não Circulante			(173.187)	(73.375)
Parcela circulante			65.997	17.260

A Companhia possui em seus contratos de empréstimos cláusulas restritivas e estamos adimplentes com os Covenants contratados juntos as instituições financeiras.

(b) Vencimento da dívida

O saldo apresentado no passivo não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2019
2020	65.997
2021	43.277
2022	41.725
2023 até 2027	88.183
Total	239.184

(c) Garantias

As garantias oferecidas referentes ao total de empréstimos são os terrenos arrendados à Companhia pela Damrak e Títulos de Valores Mobiliários.

(d) Movimentação do período

	2019	2018
Saldo no início do exercício	**90.635**	**44.265**
Adições	236.101	55.020
Encargos		
Juros Incorridos	11.936	3.536
Juros Pagos	(585)	(593)
Amortizações	(98.903)	(11.593)
Saldo no fim do exercício	**239.184**	**90.635**
Circulante	65.997	17.260
Não circulante	173.187	73.375

11 Obrigações trabalhistas (Nota 11)

	2019	2018
Provisão de férias e encargos	8.531	6.203
INSS e FGTS a recolher	3.050	2.104
Outros	480	392
	12.062	8.699

12 Obrigações tributárias (Nota 12)

	2019	2018
ICMS a Recolher	12.850	9.397
Pis a Recolher	50	262
Cofins a Recolher	290	1.254
IRRF a Recolher	35	(132)
CSLL a Recolher	160	452
IRPJ a Recolher	211	1.207
Outros	925	656
	14.523	13.096

13 Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 13)

(a) A movimentação líquida da conta dos impostos diferidos é a seguinte:

	Reserva de reavaliação	Avaliação valor Justo	Diferenças temporárias	Total
Passivo de impostos diferidos				
Em 1º de janeiro de 2018	2.532	1.595	(10.437)	(6.309)
No resultado do exercício (i)	(158)	(60)	(3.096)	(3.314)
Em 31 de dezembro de 2018	2.374	1.535	(13.532)	(9.623)
Em 1º de janeiro de 2019	2.374	1.535	(13.532)	(9.623)
No resultado do exercício (i)	(173)	119	(2.710)	(2.764)
Em 31 de dezembro de 2019	2.200	1.655	(16.243)	(12.384)

(i) Refere-se a baixa da parcela dos impostos diferidos sobre reavaliação e custo atribuído pela depreciação.

A movimentação dos ativos e passivos de impostos diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Provisão para Contingências Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	Provisão para Quebra de Estoque	Realização da Reavaliação	Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial	Outros	Total
Ativo de imposto diferido						
Em 1º de janeiro de 2019	12.704	755			73	13.532
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	2.167	532			11	2.710
Em 31 de dezembro de 2019	**14.869**	**1.287**			**84**	**16.242**
Passivo de imposto diferido						
Em 1º de janeiro de 2019			(2.373)	(1.535)		(3.909)
(Creditado) debitado à demonstração do resultado			173	(119)		53
Em 31 de dezembro de 2019			**(2.200)**	**(1.655)**		**(3.856)**
Ativo líquido de imposto diferido						
Em 31 de dezembro de 2019	**14.869**	**1.287**	**(2.200)**	**(1.656)**	**84**	**12.384**

(b) Despesa de imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	40.562	43.705
Tributos à alíquota nominal (34%)	13.791	14.859
Ajuste ao lucro líquido que afetam o resultado do exercício:		
Exclusões permanentes, líquidas	807	(1.848)
	14.598	13.011
	(14.598)	(13.011)

14 Provisão para contingências, depósitos e bloqueios judiciais

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

(a) Contingências passivas

	2019	2018
Tributárias		
ICMS	5.754	4.428
PIS e COFINS (i)	38.165	34.634
ICMS Energia Elétrica	2.580	1.124
Trabalhistas (ii)		
Outros	8.112	7.555
Cíveis (ii)		
Perdas e danos	5.860	4.733
Provisão para Contingências	60.471	52.474

(b) Depósitos e bloqueios judiciais

	2019	2018
Tributárias		
ICMS	614	545
PIS e COFINS (i)	38.165	34.165
ICMS Energia Elétrica	2.435	1.067
Outros	228	104
Trabalhistas (ii)		
Outros	3.589	3.304
Cíveis (ii)		
Perdas e danos	236	176
Administrativos	821	821
Depósitos e bloqueios judiciais	46.086	40.182

A Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos internos e externos, provisiona as contingências para as quais estima que um futuro desembolso de caixa é provável.

(i) Tributárias

Estas contingências fiscais referem-se a um processo para exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

(ii) Trabalhistas e cíveis

. Correspondem a R$ 8.112 em 31 de dezembro de 2019 e consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago nas demissões em virtude da rotatividade de empregados nas lojas.

. Ações cíveis: as principais ações estão relacionadas a ações judiciais movidas contra a organização por clientes do segmento atacadista. O encargo de provisão é reconhecido no resultado em "Despesas administrativas". O saldo em 31 de dezembro de 2019 correspondente a R$ 2.229.

(c) Movimentação

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	52.474
	52.474
Adições	7.476
Baixas	(1.660)
Atualização monetária das contingências tributárias	2.181
Saldo em 31 de dezembro de 2019	60.471

Não é esperado nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados, incluindo as contingências possíveis.

15 Transações com partes relacionadas

As seguintes transações entre partes relacionadas são referentes a contratos de mútuo firmados entre a Companhia e o quotista Teobaldo Luís da Costa com o objetivo de financiar o aumento dos níveis de estoque da Companhia sem prejudicar a eficiência financeira. Estes contratos sofrem a incidência de encargos de 0,90000% ao mês.

Em 1º de janeiro de 2019	95.885
Entrada de recursos	39.578
Juros	9.612
Em 31 de dezembro de 2019	145.075

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 está representado por 75.287 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada, sendo 97% delas detidas pelo quotista Teobaldo Luís da Costa e 3% delas detidas pelo quotista Gabriel Nascimento da Costa.

Em setembro de 2019 ocorreu a 21ª alteração contratual onde o capital social passou de R$ 64.787 para R$ 75.287, composto pelo aporte efetuado pelo sócio Gabriel Nascimento da Costa no montante de R$964 e Teobaldo Luís da Costa no montante de R$9.535.

(b) Destinação do resultado

Todo o resultado apurado no exercício é destinado a constituição de reservas e ao pagamento de dividendos. Durante o exercício de 2018, o quotista deliberou o pagamento de dividendos no montante de R$ 24.769 da conta de Lucros acumulados.

	2019	**2018**
Saldo de Dividendos no início do exercício	**29.941**	**17.805**
Lucro líquido do exercício	25.964	30.693
Realização da reserva de reavaliação e impostos diferidos	104	396
Constituição de Reserva Legal	(1.298)	(1.535)
Adições - Destinação do lucro	24.769	29.554
Pagamentos no período	(53.148)	(17.418)
Saldo de Dividendos no fim do exercício	**1.562**	**29.941**

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia adotou o custo atribuído para fins de adoção inicial dos CPCs para os itens de máquinas e equipamentos e edificações. De acordo com o requerido pelo ICPC-10 *Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43*, reconheceu a contrapartida do custo atribuído no patrimônio no grupo de Ajuste de avaliação patrimonial.

	2019	2018
Reserva de reavaliação a valor justo (i)	4.404	4.739
Ajuste de avaliação patrimonial a valor justo (ii)	3.123	2.892
	7.527	7.631

(i) Refere-se a reavaliação das edificações e benfeitorias ocorrida em 2006. Contudo, quando da avaliação a valor justo e em 2010, devido a mudança da legislação e implementação dos CPCs, foi feita a análise das diferenças entre o valor reavaliado e o valor justo e observado que a diferença era imaterial, desta forma, o valor da reserva de reavaliação foi mantido, considerando-o como valor justo.

(ii) Refere-se ao valor justo para os móveis e utensílios, veículos, máquinas, equipamentos e instalações em virtude da adoção inicial dos CPCs.

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia decidiu utilizar parte do lucro acumulado do ano 2019 para constituição de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R$3.029, cuja realização se dará até 31 de dezembro de 2020.

17 Receita líquidas de vendas

	2019	2018
Receita bruta de vendas	(2.087.964)	(1.510.130)
Impostos incidentes sobre vendas e descontos	282.498	201.532
Bonificações (i)	(39.901)	(28.770)
Outros tipos de receita	(1.373)	(974)
Vendas Canceladas	2.693	2.189
	(1.844.048)	(1.336.153)

(i) A conta de Bonificações diversas está composta como segue:
   a. R$ 14.098 referentes a "locação de espaço em gôndolas";
   b. R$ 13.791 referentes a verbas comerciais pela locação de espaço em loja;
   c. R$ 12.011 em outras contas pulverizadas.

18 Despesas por natureza

	2019	2018
Compra de Mercadorias para Revenda	(1.546.515)	(1.118.955)
Depreciação e amortização	(41.375)	(15.339)
Despesas com marketing	(9.835)	(7.543)
Despesas com remuneração a empregados (Nota 19)	(122.990)	(84.425)
Despesas com locação (i)	(13.098)	(35.748)
Outras Despesas	(56.417)	(44.792)
Total do custo e das despesas com vendas e administrativas	(1.790.229)	(1.306.802)

(i) Despesas com locação de terrenos, onde estão montadas as estruturas dos supermercados. Os referidos terrenos são de propriedade da Damrak.

19 Despesa de remuneração a empregados

	2019	2018
Salários	(68.927)	(45.938)
Provisão para férias e 13º salário	(12.325)	(8.713)
Encargos trabalhistas	(27.515)	(19.748)
Alimentação ao trabalhador	(3.734)	(2.314)
Transporte de funcionários	(4.699)	(3.374)
Demais benefícios	(5.790)	(4.338)
	(122.990)	(84.425)

20 Receitas e despesas financeiras

	2019	2018
Despesa de juros de empréstimos com partes relacionadas (Nota 15)	(9.612)	(10.400)
Despesa de juros de empréstimos com entidades financeiras (Nota 10)	(11.936)	(3.536)
Comissão de cartão de crédito	(19.152)	(14.612)
Outras despesas financeiras	(38.896)	(9.041)
Despesas financeiras	(79.598)	(37.590)
Descontos obtidos - contratos de fornecimento	55.588	43.084
Antecipação de títulos	8.461	7.973
Outras receitas financeiras	2.292	888
Receitas financeiras	66.341	51.945
Despesas financeiras, líquidas	(13.257)	14.354

21 Seguros

As coberturas de seguros foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações.

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Estoques / imobilizado	Incêndio, queda de raios ou explosão	456.403
Estoques / imobilizado	Despesas físicas básicas	45.558
Estoques / imobilizado	Outras coberturas	23.139

22 Eventos subsequentes

Impactos COVID-19

As recentes notícias sobre o avanço do novo coronavírus ("COVID-19") pelo mundo tem provocado abalos nos mercados globais e elevado as preocupações de investidores, Companhias e governos sobre o impacto desta pandemia nas cadeias globais de suprimentos, na atividade econômica, no mercado financeiro e afins, sem mencionar também as preocupações envolvendo as questões básicas de saúde da população mundial.

Visando mitigar os possíveis impactos em seus negócios, a Companhia está elaborando um plano de contingência e monitorando seus canais de distribuição e sua cadeia de suprimentos, para garantir o abastecimento das unidades, e consequentemente a continuidade de suas operações. Neste momento, não há previsão de relevantes impactos nas operações que possam afetar as operações do primeiro semestre de 2020 de forma significativa.

Na data dessas demonstrações financeiras não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e consequentemente resultar eventuais perdas nos negócios da Companhia. Entretanto, a administração agirá com cautela em suas ações até que se possa mensurar os possíveis impactos futuros no setor e nos seus negócios e irá empenhar os melhores esforços para prover informações que espelhem a realidade econômica da Companhia.